

## ***Bipartidismo e dualismo organizacional na República Oriental existem?***

### **Bipartidism and organizational dualism exist in the Oriental Republic?**

Guilherme Lavinias Jardim Falleiros

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, Brasil

gljf.usp@gmail.com

**Resumo:** Verifica-se no peculiar bipartidarismo da República Oriental do Uruguai formas ameríndias de fazer política pelo dualismo em perpétuo desequilíbrio, contra-face da tentativa de apagamento histórico da presença indígena. A associação entre caudilhismo e federalismo na formação de uma elite nacional “débil” é condição a partir da qual se constituiu na Federação Anarquista Uruguiaia um anarquismo concêntrico e crítico ao “hiperfederalismo”, adotando o “dualismo organizacional”. O *bipartidismo* e o “dualismo organizacional” remetem a relações diamétrais e concêntricas (que tendem à tríade), apontando para o federalismo charrua em reemergência, que transforma a “Fronteira” em centro da mediação indígena. São comparados federalismos republicanos, anarquistas e ameríndios na Bacia do Prata e suas transformações afetadas por forças nacionais e transnacionais.

**Palavras-chave:** Bipartidismo. Charrua. Caudilhismo. Anarquismo. Federalismo.

**Abstract:** In the peculiar two-party system of the Oriental Republic of Uruguay, Amerindian ways of doing politics can be verified in a

dualism in perpetual disequilibrium, the counter-face of the attempt to erase indigenous presence in their history. The association between caudilloism and federalism in the formation of a “weak” national elite is a condition from which a concentric anarchism, critical to “hyperfederalism”, was created in the Uruguayan Anarchist Federation, which adopted the “organizational dualism”. Bipartidismo and “organizational dualism” refer to diametrical and concentric relationships (which tend to a triad), pointing to the reemergent federalism of the Charrúa, which transforms the “Border” into the center of indigenous mediation. Republican, anarchist and Amerindian federalisms in the Plata Basin and their transformations affected by national and transnational forces are compared.

**Keywords:** Bipartidismo. Charrua. Caudilloism. Anarchism. Federalism.

*Recebido em 23 de setembro de 2021.*

*Aceito em 10 de dezembro de 2021.*

Os desejos dos povos livres raramente são perniciosos à liberdade, porque nascem da opressão ou da suspeita de que haverá opressão.  
(MAQUIAVEL, *Discorsi*, Livro Primeiro, Capítulo IV).

## Uruguai, muito além de um “país sem índios”

As últimas décadas têm visto um renascimento da questão indígena no Uruguai (MICHELENA, 2011; VERDESIO, 2014; REPETTO, 2015, 2019). A República Oriental do Uruguai é um dos únicos países da América do Sul (o outro é a França, via Guiana Francesa) que não reconhece oficialmente a existência de povos indígenas em seu território, reforçando uma narrativa branqueada de estado-nação. Todavia, a luta por reconhecimento indígena, sobretudo Charrua, cresceu muito após a redemocratização do país, com um aumento expressivo de declarações de ascendência indígena em recenseamento de 2011. Em anedota presente no artigo cujo título se traduz por “Um fantasma ronda o Uruguai: a reemergência Charrua num ‘país sem índios’” (2014), Gustavo Verdesio mostra que mesmo dois anos depois desta pequena conquista (a inclusão de perguntas sobre identidade indígena no senso nacional), Mónica Michelena, líder do Conselho da Nação Charrua (CONACHA), teve de ouvir do então presidente da república, José “Pepe” Mujica “*No, ustedes están muy equivocados. No hay charrúas en Uruguay... ¡Ustedes son todos guaraníes! ¡Todos guaraníes!*” (VERDESIO, 2014, p. 99).

Esta recusa expressa pelo então presidente da república e compartilhada por antropólogos de renome da academia uruguaia até aquele momento (VERDESIO, 2014, p.91), mostra a força permanente de um dos mitos de origem do Uruguai segundo o qual o “Massacre de Salsipuedes” (1831) teria dado fim ao povo Charrua em território nacional. Certamente o fado é contestado pelos próprios charruas, que transformaram o local

em ponto de encontro de uma marcha realizada anualmente na data do massacre (11 de Abril), chamando atenção da nação para seu “genocídio fundacional” (ou “genocídio constituinte”) e tecendo coletivamente o “grande quillapí da memória” charrua (MICHELENA, 2011; REPETTO, 2015, 2019; DELGADO, 2017; TREJO, 2019; RODRÍGUEZ *et al.*, 2020).

Meu objetivo neste artigo é mostrar que a presença indígena no Uruguai, especialmente a charrua, vai além da justa demanda de reconhecimento e marca a organização republicana do país de modo talvez insuspeito, assombrando sua política desde os primórdios. Apesar do “honroso passado indígena rebelde” idolatrado pela historiografia romântica (LÓPEZ-ALVES, 1993, p. 9-10), a presença indígena na Banda Oriental (outrora registrada como “Banda Charrua”) foi apagada da história oficial pelas diversas tecnologias de governo da memória (REPETTO, 2019; RODRÍGUEZ *et al.*, 2020). Todavia, a história pode ser recontada a partir de sua lógica estrutural para reafirmar tal presença — não como selvageria idealizada, mas como ação política diferenciada: modos ameríndios de fazer coletivos que, apesar dos elementos comuns aos federalismos republicano e anarquista que atravessaram o país, revelam sua presença pelo “dualismo em perpétuo desequilíbrio feito política” (PERRONE-MOISÉS e SZTUTMAN, 2009, 2010).

Esta análise do Uruguai contribui para a compreensão da estrutura da conjuntura (SAHLINS, 1990 [1987]) formadora das repúblicas no Cone Sul, suas relações internacionais e transnacionais — movimentos que, longe de estarem presos num passado mito-original, evidenciam sua presença viva no jogo de forças e transformações políticas da região.

O estudo decorre de uma genealogia de questões republicanas e anarquistas que influenciaram o estruturalismo de Claude Lévi-Strauss e sua aplicação à política (FALLEIROS, 2016,

2019), o que permite associar sua antropologia de influência sul-ameríndia (COELHO DE SOUZA e FAUSTO 2004) às reflexões sociológicas do anarquista Pierre-Joseph Proudhon e àquelas de outro clássico para pensar a relação entre organização política, classes e facções: Nicolau Maquiavel. A partir daí, valho-me de literatura política, anarquista, etnologia ameríndia, história uruguaia e história transnacional sobre indígenas, gaúchos e caudilhos para reconhecer a presença do dualismo em perpétuo desequilíbrio na política revolucionária e institucional uruguaia, com sua “débil” oligarquia.

A relação entre os partidos *Blanco* e *Colorado* remete a estruturas analisadas nos artigos de Claude Lévi-Strauss “As Organizações Dualistas Existem?” e “As Estruturas Sociais no Brasil Central e Oriental”: o dualismo diametral e o concêntrico (que tende à tríade), confrontando perspectivas diferentes sobre a mesma relação. Evidências sugerem que o peculiar federalismo guerreiro charrua pode ter tido parte nisso. Diante de um anarquismo centralista concebido a partir desta estrutura da conjuntura pela Federação Anarquista Uruguaia (FAU), examino as condições de possibilidade de sua abertura a influências ameríndias.

O exame dessas evidências e condições será condensado esquematicamente pela aplicação da “fórmula canônica” de Lévi-Strauss (1975 [1955]) à política, compreendendo as transformações estruturais entre formas republicanas, anarquistas e ameríndias (FALLEIROS, 2016, 2019). Além da pretensão de didatismo, a intenção é deixar o registro de aplicação da fórmula à “Banda Oriental” para possíveis fins comparativos com o esboçado para o caso brasileiro e estadunidense (*Idem*).

## A perpetuação do dualismo no desequilíbrio político uruguaio

Cheia de guerras e revoluções, a história do Uruguai do século XIX ao XX tem sido considerada por sua tradição acadêmica como formadora de uma classe dominante desunida e “débil” (REAL DE AZÚA, 1969a). A subsequente e relativa estabilidade da democracia uruguaia decorreria de formas de dispersão de poder vinculadas à política bipartidária de Blancos (do chamado “Partido Nacional”) contra Colorados (PIVEL DEVOTO, 1942; PIVEL DEVOTO, 1956), uma política de armistícios e pactos (GARCÉ, 2017). Segundo José Rilla (ITURRALDE e SUÁREZ, 2012), a historiografia de meados do século XX, voltada para a política partidária, estaria de acordo com a perspectiva do Partido Blanco que se alçava ao poder (o próprio Pivel Devoto era um político blanco), assim como, meio século antes, o político colorado Eduardo Acevedo escreveu a história do Uruguai a partir de uma perspectiva governamental e administrativa do governo Colorado. Estas diferenças de enfoque não são meras características de uma disputa de poder entre partidos antagonistas, mas um jogo de diferentes concepções sobre a própria relação de poder entre ambos. A relação entre as duas partes se constitui a partir de perspectivas diferentes sobre a mesma relação, uma englobante, concêntrica, centrípeta (colorada); a outra centrífuga, oposicional e diametral (blanca):

*[C]onexión entre dos procesos que ocurren de modo simultáneo: la construcción del Estado por el Partido Colorado (instalado en el gobierno desde 1865) y la imposición de restricciones a la hegemonía colorada por parte del Partido Nacional (propiciando revoluciones para imponer, con suerte diversa, distintas formas de distribución del poder). (GARCÉ, 2017, p. 47).*

Ou, nas palavras de Rilla, enquanto o Colorado foi chamado de partido da “civilização”, do “progresso”, da “modernidade” e do “cosmopolitismo”, o Blanco foi o partido da “oposição”, “contrapeso do governo”, em defesa de uma “tradição federalista” (ITURRALDE e SUÁREZ, 2012, p. 272), o primeiro tendo Montevideu como foco, o outro mais periférico e interiorano (LIMA DE AVILA 2011, p. 183). O “federalismo” blanco nunca derrotou o “estatismo” colorado e só poderia fazer as pazes com ele na busca de um projeto nacional.

Enfim, ao assumir o governo nos anos 50, o Partido Blanco dá uma distorção autoritária e ainda mais nacionalista ao seu “federalismo”. É também neste período que a esquerda e as políticas populares assumem uma posição mais forte contra os velhos partidos da classe dominante. Mas este movimento de esquerda, segundo Rilla, também se duplicou, assumindo duas distintas fórmulas narrativas: de um lado a dos feitos sociais das massas e organizações de trabalhadores — a famosa FAU, fundada em 1956, poderia ser incluída nesta tendência (RUGAI, 2012; LINHARES, 2019) — e do outro um revisionismo nacionalista da figura de José Gervasio Artigas, herói pré-partidário e, “portanto”, o fundador da nação uruguaia (ITURRALDE; SUÁREZ, 2012, p. 272-273). Tal revisionismo teve origem nas fileiras do Partido Blanco, embora a esquerda uruguaia tenha-o reeditado de modo a se apropriar com exclusividade de um mito de origem anterior ao sistema bipartidário (Idem) — a própria FAU pode ter se associado a esta tendência, a seu modo peculiar.

## Dialética das classes e das facções

Duas perspectivas diferentes sobre a mesma relação, esta é a característica estrutural da oposição entre as classes conforme a definição que Maquiavel faz da política no capítulo IX de *O Príncipe*:

a elite deseja o poder e o povo quer ser livre ou, no mínimo, deixado em paz. Segundo a leitura anarquista de Luce Fabbrri da obra de Maquiavel, o choque entre desejo de poder e vontade de ser livre é concebido como o “principal fator” da história (FABBRI, 2013 [2008], p. 27).

No entanto, o *bipartidismo* uruguaio ocorre no seio da mesma classe, repartindo entre caudilhos as lideranças personalistas da população (LIMA DE AVILA, 2011), ao menos antes da criação da Frente Ampla em 1971. Passado algum tempo, este novo partido geraria uma transformação sem solução de continuidade da lógica bipartidária, mantendo semelhanças importantes com ela (BUQUET, 2004; REIS, 2011). O processo de ascensão da esquerda combinou-se a um enfraquecimento do *Partido Colorado*, com sua posição modernizante e governista finalmente ocupada pela Frente Ampla.

Após um curto período de equilíbrio entre “três partidos” (SELIOS e NOCETTO, 2016, p.171), o *Colorado* só sobreviveria aliando-se ao Partido Nacional. Mas a alegada indiferença ideológica entre os velhos partidos acabou sendo reproduzida na relação entre *Blancos* e Frente Ampla, como nas propostas “positivas” de Lacalle Pou de dar continuidade aos programas da Frente (SELIOS e NOCETTO, 2016, p. 158). Também se manteve o faccionalismo bipartidário, com a manutenção do “bi-fraccionalismo interno” aos partidos (SELIOS; NOCETTO, 2016, p. 151). Não obstante, este fraccionalismo segue não permitindo a aplicação da famosa “lei de Duverger” a respeito da tendência bipartidária em sistemas majoritários (PIÑEIRO, 2004), complicando a aplicação das justificativas institucionalistas para “sistemas de dois partidos” ao caso uruguaio.

Segundo Giovanni Sartori (1976, p. 191), o Uruguai não seria um caso verdadeiro de “sistema de dois partidos” não só por



causa de um século de *Colorados* como governo (e *Blancos* como anti-governo), mas sobretudo devido aos “sub-lemas” e frações dos partidos, denotando um multipartidarismo. De todo modo, o fracionalismo prosseguiu junto com a tendência bipartidária em dois blocos, um liderado pela Frente Ampla e outro pelo *Partido Blanco* (LUJÁN e LÓPEZ BURIAN, 2016). Enfim, após longa prevalência da Frente Ampla, venceu o *blanco* Lacalle Pou, o que “parece seguir a tendência histórica” (MUSTO CRUCCI, 2021, p. 233 - minha tradução).

Descontadas a reatualização de certas semelhanças programáticas entre partidos e a manutenção do faccionalismo, pode-se perguntar se teria havido uma modernização republicana no Uruguai, partindo de um sistema de partidos faccionais rumo a uma perspectiva classista como a de Maquiavel, dada a posição de destaque assumida pela Frente Ampla.

Isso porque *Blancos* e *Colorados*, ambos da elite, formariam um par semelhante ao das facções europeias de Guelfos e Gibelinos, julgados na *História de Florença* de Maquiavel como incapazes de chegar à estabilidade política, dada a alternância entre licenciosidade e tirania causada por este tipo de conflito. Por desejarem a mesma coisa — o poder — estariam sempre sujeitos a sub-divisões e fracionamentos. Seguindo uma tradição que vem de Aristóteles, Maquiavel afirma que o verdadeiro conflito entre animais políticos é a luta de classes, disputa regulável através de instituições republicanas estabilizadoras que, concedendo alguma liberdade ao povo, manteriam os “grandes” no poder (AMES, 2014; CARDOSO, 2015). O republicanismo dos “Pais Fundadores” dos Estados Unidos da América, com seu federalismo centralizado e tripartição do poder, apesar de desvios significativos em relação ao de Maquiavel (FALLEIROS, 2019), alinha-se a ele na constituição de instituições que enfraqueçam as facções.

Embora tenha em comum com a luta de classes maquiavélica o choque de perspectivas, o bipartidarismo uruguaio é feito de duas perspectivas diferentes cindindo a própria elite, lutando por fins diversos. *Blancos* e *Colorados* não se caracterizam por meras facções disputando poder (como Guelfos e Gibelinos) — mesmo porque o faccionalismo, ainda que não exclusivo, seria a característica mais marcante dos *Blancos*, o contra-governo.

Poderia ser este o motivo da longa duração do *bipartidismo*: uma estabilidade da elite garantida pela instabilidade de suas relações internas. O que justificaria uma posição anarquista contra o faccionalismo no Uruguai, lugar onde estaria a serviço da manutenção do Estado. Ainda que um certo anarquista europeu tenha considerado o faccionalismo das elites como um meio de combater o poder centralizado. De todo modo, as origens do Anarquismo europeu e do conflito entre *Blancos* e *Colorados* são contemporâneas, ambas marcadas — cada uma a seu modo — pela tensão entre federalismo e centralismo.

Depois de uma tentativa fracassada de coalizão entre partidos *Blanco* e *Colorado* no governo uruguaio, estoura em 1864 a “Guerra contra Aguirre” (Atanasio Aguirre, presidente interino *blanco*). Conhecido no Uruguai como “Invasão Brasileira de 1864” (dado o apoio do Império do Brasil aos *colorados*) e no Brasil como “Guerra do Uruguai”, o conflito envolveu o Paraguai (com a aliança de Solano López ao partido *Blanco*) e a Argentina (dividida, no geral tinha seus “unitários” apoiando o *Colorado* e seus “federalistas” apoiando o *Blanco*), culminando com a vitória *colorada*. Essas tensões transfronteiriças na região não cessaram, seguindo-se a sangrenta “Guerra da Tríplice Aliança” (aliança entre Império Brasileiro, Uruguai *colorado* e Argentina), conhecida no Brasil como “Guerra do Paraguai” (1864-1870), tendo como consequência a contenção das forças federalistas na Bacia

do Prata, indício presente em quase toda historiografia dessa conjuntura (MONTEIRO, 2010). Mas, como sugere a historiografia nacional uruguaia e suas releituras supramencionadas, as forças centrípetas do federalismo não foram anuladas.

No mesmo período, o federalismo também estava em disputa do outro lado do Atlântico: 1864 foi o ano de fundação, na Europa, da Primeira Internacional dos Trabalhadores. Seu fim (1872) foi marcado pela ruptura entre federalismo obreiro (anarquista) e centralismo partidário (marxista) (GUÉRIN, 2000 [1980]). Anarquistas levantavam questões muito semelhantes àquelas que atravessavam o Uruguai e teriam chegado ao país na década de 1860 (LINHARES, 2019, p.4), sendo registradas organizações anarquistas nas duas margens do Prata na década seguinte (RAMA e CAPPELLETTI, 1990, p. 4). Carlos Rama e Angel Cappelletti, em obra fundamental sobre a história do anarquismo na América Latina, reconhecem na região do Prata a existência de uma “gauchagem” libertária com uma “tendência à liberdade” e um “desapego” pelas formas estatais que, quando não “canalizado” pela “caudilhagem feudal”, foi campo fértil para ideias anarquistas, cantadas pelos chamados “payadores libertários” (RAMA e CAPPELLETTI, 1990, p. 4-5, 35), espécie de trovadores anarquistas gaúchos. Curiosamente, segundo o líder charrua Martín Delgado Cultelli (a quem conheci num congresso anarquista em Montevideu), ao redor de 1870 foi quando os Charrua começaram a deixar o Norte do Uruguai (onde tinham sido acantonados) em direção à capital, durante a construção da ferrovia e do cercamento do campo (RODRÍGUEZ *et al.*, 2020, p. 206).

O certo anarquista europeu Mikhail Bakunin, expoente da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), nunca esteve no Cone Sul — ao contrário de seu camarada italiano Errico Malatesta, que viria para a região mais tarde (TURCATO, 2007)

— mas publicou em 1871 uma análise de questões correlatas ao que ocorria na Bacia do Prata. Bakunin analisou a luta facciosa entre Guelfos e Gibelinos de modo semelhante a Maquiavel mas, ao contrário do florentino, deu-lhe um valor positivo e anárquico, argumentando que a disputa havia enfraquecido o Sacro Império no final da Idade Média. O argumento de Bakunin a respeito de como o faccionalismo enfraquecia o poder imposto de cima para baixo é estruturalmente comparável à conexão que Adolfo Garcé faz entre as leituras de Real de Azúa e Pivel Devoto, associando a política bipartidária uruguaia a uma elite “débil” (GARCÉ, 2017, p. 46). Todavia, embora Bakunin dissesse que esse tipo de debilidade poderia ter facilitado o surgimento de uma federação transnacional entre cidades alemãs e italianas ...caso a burguesia alemã quisesse realmente ser livre (FERREIRA e TONIATTI, 2014, p. 233-235), a fraqueza da elite uruguaia garantiu a durabilidade de uma democracia republicana nacional (GARCÉ, 2017) e, mesmo depois da ditadura militar, permitiu a restauração dos partidos *Blanco* e *Colorado* (ITURRALDE e SUÁREZ, 2012, p. 274).

Antes da ascensão política da esquerda, essa debilidade significou tanto a continuidade de um ajuste entre facções da elite quanto uma oportunidade permanente para ações revolucionárias. Essas revoluções podem ter sido “nacionalistas” e “populistas”, conforme a crítica anarquista às rebeliões dos *Blancos* (RAMA e CAPPELLETTI, 1990, p. 47-49, 498). Mas a peculiar condição do jogo de poder uruguaio propiciou, mais tarde, organizações revolucionárias classistas como o Movimento de Libertação Nacional - Tupamaros (MLN-T) — do futuro presidente eleito pela Frente Ampla, José Mujica — e a Organização Popular Revolucionária 33 Orientais (OPR-33) (ALMEIDA ALVES, 2016), defendida pela FAU em seu manual para uma revolução popular e nacional, o originalmente secreto *El Copey* (LIMA ROCHA, 2009).

O nome “33 Orientais” faz referência aos heróis da mito-história uruguaia em sua luta de libertação do Império Brasileiro, remetendo à “revolução radical” (FREGA, 2002) — ou “federalismo republicano radical” (LIMA DE AVILA, 2011) — que teve Artigas como caudilho emblemático. Um tipo de federalismo que, como será visto, é mais um problema do que uma solução para a organização da FAU.

Uma visão anarquista um pouco mais antiga a respeito destas questões pode servir como eixo entre o dualismo partidário republicano e a política bipartite ameríndia: as análises políticas federalistas de Proudhon. Em seus primeiros escritos, o filósofo proletário não diferenciava o típico embate entre Guelfos e Gibelinos da luta de classes, sugerindo uma solução radical para estas e outras lutas históricas: a abolição da propriedade (2007 [1846], p. 171) — uma proposta mais “radical” do que a de Artigas na margem oriental do Prata décadas antes, mas com alguma coisa em comum. Assim como Proudhon, Artigas defendia a autonomia das províncias na Liga Federal, conhecida como “Liga dos Povos Livres”, conjugando povos livres e indígenas missionários de onde estão hoje Argentina, Uruguai, Paraguai e Brasil. Entretanto, a “revolução radical” não propunha o fim da propriedade: defendeu e realizou, todavia, a distribuição de terras a pobres, negros e indígenas, dando a propriedade a quem trabalhasse nela, favorecendo o direito do costume e a “apropriação direta” (FREGA, 2002, p. 17). Somando-se aí a democracia direta, a proposta angariou grande apoio popular, evidenciado pelo “Êxodo do Povo Oriental” atrás de Artigas em 1811 (FREGA, 2002; LIMA DE AVILA, 2011). Isso valeu aos artiguistas a pecha negativa de “anarquistas” dada pelos imperialistas brasileiros e por seus inimigos locais, que também chamavam Artigas de “índio” (LEONI e QUIÑONEZ, 2005; LIMA DE AVILA, 2011).

Proudhon, talvez o primeiro a assumir a pecha positiva de anarquista, encontrou na luta política — seja de classes ou facções — uma tendência à falta de ruptura com o autoritarismo: “os Gibelinos se tornaram Guelfos e os Guelfos se tornaram Gibelinos!”. “Direita” e “esquerda”, “vermelhos” e “azuis”, acabam mudando de posição ao se aproximar da Autoridade. Isso porque “o povo favorece formas de autoridade sumária. O que procura não são garantias jurídicas [...] [nem] um equilíbrio de forças, que consideram pouco importante: é um líder [...] que se dedica aos seus próprios interesses. Este líder desfrutará de autoridade ilimitada e poder irresistível.” (PROUDHON, 2018 [1863], p. 32). Esta análise é semelhante à visão que anarquistas uruguaios teriam da disputa entre *Blancos* e *Colorados*: as revoluções *blancas* seriam tentativas de alternância da classe dominante no poder, dizia o teatrólogo ácrata Florencio Sánchez (MUÑOZ e SUAREZ, 2010).

Transformações nas relações entre as cores dos partidos também ocorreram nas definições das fronteiras gaúchas: a cor vermelha, *colorada*, marcou os movimentos de independência da região, influência do republicanismo francês adotada por federalistas como Artigas. Rosas, “colorado” de Buenos Aires, apoiou inicialmente o federalista Oribe, fundador do *Partido Blanco*: alega-se que Oribe teria substituído o vermelho pelo branco para não se mostrar tão submisso a Rosas, o que acabou forçando os unitários uruguaios a usar a cor vermelha, porque o azul dos unitários argentinos se esbranquiçava facilmente (GUAZZELLI, 2005, p. 64).

Assim os federalistas da Banda Oriental se nacionalizavam, marcando sua distinção em relação à Argentina, mas suas relações com as fronteiras se tornariam mais frouxas, especialmente durante seu longo período de contra-governo. Também por influência das revoltas francesas, o mesmo vermelho seria usado pelo anarquismo europeu, mas com um toque gaúcho.

Os Camisas Vermelhas, brigada formada pelo “gaúcho vermelho” Giuseppe Garibaldi em Montevidéu contra a invasão de Oribe (expulso da presidência pelos *colorados*) (MCLEAN, 1998; LEWIS e POLLITZ, 2002), deram origem na Itália — onde nascia uma prática anarquista transnacional (TURCATO, 2007) — tanto a fileiras de republicanos quanto de anarquistas (ACCIAI, 2018).

Pessimista em relação às revoluções, Proudhon notou em seu ilustre desconhecido livro **A Guerra e a Paz** (sem tradução completa para o português) que as revoluções republicanas foram tentativas de superar a guerra pela paz, tendo como consequência mais e sucessivas guerras, agora organizadas por estados nacionais. “A guerra e a paz são duas irmãs justiceiras: o que a batalha produz em uma, a oposição entre setores o faz no outro; o conteúdo e a forma são os mesmos” (PROUDHON, 2012, p. 97). A força define o direito e não o contrário, de modo que a melhor forma de atenuar a guerra seria sua transformação em competição econômica, conflito de forças de trabalho, pulverizando a propriedade através do mutualismo e descentralizando o poder através do federalismo (PROUDHON, 2001 [1863], 2011 [1861]). O radicalismo artiguista conseguiu lidar a seu modo com esses dois pólos do agonismo — guerra e trabalho — através de uma revolução permanente desde seu cerco a Montevidéu (1811), passando pelo êxodo no mesmo ano, pela criação da Liga Federal em 1814 e sua vigência entre 1815 e 1820, alternando mobilidade de combate e distribuição de terras para quem trabalha (FREGA, 2002; LIMA DE AVILA, 2011; SILVA e MELO, 2017).

Na busca pelo federalismo, Proudhon concebeu a dialética política como uma disputa entre autoridade e liberdade (o que a aproxima da leitura que Luce Fabbri faz de Maquiavel). Diferente da de Hegel, a dialética de Proudhon é serial: constitui uma série de transformações a partir de uma perspectiva, ponto de

partida de uma relação em cadeia, na qual tese e antítese vão se alternando sem atingir a síntese. Sugiro que esta dialética permite uma conexão entre o dualismo concêntrico da luta de classes em sua versão populista e o dualismo diametral da luta entre facções — não sem um toque ameríndio.

## **Blanqueando a “garra charrua”**

A comparação entre as dialéticas de Maquiavel e Proudhon abre o caminho lógico para a complexificação da análise da política trazendo contribuições de Lévi-Strauss e Pierre Clastres, digerindo o choque de perspectivas maquiavélico a partir do perspectivismo ameríndio. Como argumentei (FALLEIROS, 2016, 2019), as concepções clastrianas e lévi-straussianas a partir dos modos ameríndios sugerem uma lógica dotada de duas ou mais perspectivas sobre a mesma relação, transformando o uniperspectivismo da dialética proudhoniana num entrecruzamento perpétuo de séries em cascata, compostas de duas perspectivas sobre a mesma relação, sendo que uma delas também se duplica, sem jamais encontrar estabilidade, num desequilíbrio perpétuo (LÉVI-STRAUSS, 1993 [1991]; PERRONE-MOISÉS e SZTUTMAN, 2009).

Como uma perspectiva também se duplica diante da outra, daí aparece uma nova, que aparece como terceira enquanto não gera seu novo par, o que caracteriza “mediações triádicas” do dualismo em perpétuo desequilíbrio (SCHIEL, 2012). No caso uruguaio, isso permite entender o fugaz ternarismo (*Blancos*, *Colorados* e *FA*) surgido com a chegada da Frente Ampla. Isso também compreende a divisão feita por Rilla do “sistema de partidos uruguaio” em dois “subsistemas”, o “binário tradicional” e o “terceiro ideológico” (RILLA, 1999, p. 109) — que se explicitaram em três blocos em 1994.



O *bipartidismo* da elite também remete a um terceiro elemento, nem central como o *Colorado*, nem periférico como o *Blanco*, mas localizado na “Fronteira” do estado nacional e da “civilização” com a “barbárie”, lugar ao qual a república tentou relegar os Charrua ao despojá-los do território (DELGADO, 2018, p. 2). O contínuo apagamento de sua presença histórica teria jogado com o genocídio fundacional e a manutenção do espírito agonístico da “garra charrua” na mitologia nacional (RODRÍGUEZ *et al.*, 2020, p. 194).

Uma comparação das reflexões de Pierre Clastres com a ideia de luta de classes maquiavélica pode elucidar a manifestação deste espírito agonístico nas condições que fazem a elite depender das vontades de povos em armas. Estudando as virtudes do republicanismo, Maquiavel constata que, para ser deixado em paz, o povo de Roma aceitou o governo da elite, mas foi também seduzido pela concessão de certos poderes: um acesso (limitado) às armas, misturando os desejos populares ao desejo de conquista elitista (FERREIRA, 2016). Isto permitiu períodos de estabilização dos conflitos de classe, projetando as forças para fora. Longe dos romanos, Pierre Clastres destaca na América indígena a necessária presença do povo em armas, mas “contra o Estado” (CLASTRES, 2003, 2004), seguindo uma dialética política semelhante à de Proudhon: a liberdade suplanta a autoridade sem destruí-la. Ora, isto é o contrário do que acontece na república de Maquiavel, onde a autoridade da elite suplanta a liberdade do povo sem eliminá-la totalmente.

A guerra ameríndia é internalizada e a sedição é garantia de liberdade, levando a uma historicidade pendular “contra o estável” (MACEDO, 2011), um balanço entre grandes confederações e sua fragmentação em pequenos grupos (PERRONE-MOISÉS e SZTUTMAN, 2010). Por dependerem das armas do povo, inverte-

se a autoridade dos líderes, garantida por prestígio e iniciativa: são aqueles que vão primeiro ao trabalho, à guerra e à festa (SZTUTMAN, 2011; PERRONE-MOISÉS, 2015), agindo como anfitriões capazes de congregar pessoas. Os “grandes” indígenas são obrigados a dilapidar seus poderes e suas posses para angariar seguidores, estando sujeitos à pilhagem popular (LÉVI-STRAUSS, 1944b; LOWIE, 1948; CLASTRES, 2003 [1974]; SZTUTMAN, 2005; PERRONE-MOISÉS, 2011, 2015).

A presença deste mecanismo pode explicar a “debilidade” da elite uruguaia: a violência espectral de escassos indígenas indomáveis e “infiéis” (GARCÉ, 2017, p.51), desobedientes e pouco submissos (REAL DE AZÚA, 1969a, p.11). Entre a fraca presença do Estado e os invisíveis indígenas, sigo Pierre Clastres ao dizer que “alguma coisa existe na ausência” (CLASTRES, 2003, p. 38): uma “socialidade contra os Estado” (BARBOSA, 2004) ameríndia influenciando o faccionalismo caudilhista. As evidências históricas mostram a presença indígena nas revoluções e guerras na Bacia do Prata, identificando semelhanças e proximidades entre gaúchos, caudilhos e indígenas em suas formas de êxodo e mobilidade, liderança e guerra (FREGA, 2002; NEUMANN, 2011, 2014; SILVA e MELO, 2017).

Nunca teria havido um só caudilho nacional no Uruguai, dado o conflito permanente entre líder máximo e demais caudilhos (GARCÉ, 2017, p. 64). Sua liderança foi chamada de “carismática”, uma “ameaça ao monopólio da violência” pela leitura weberiana de Real de Azúa (1969b), o que é verdadeiro, mas não dá conta da inversão da autoridade.

Artigas e, mais tarde, Aparício Saravia, são casos exemplares dos efeitos da liderança ameríndia nos modos caudilhos, marcando dois momentos: antes e depois do federalismo ter sido sobrepujado pelo centralismo. Nessa passagem há uma virada estrutural: a

indigenização de um político republicano no primeiro momento e o branqueamento da chefia ameríndia pelo caudilhismo *blanco* no segundo. Desse ponto de vista, a própria adoção da cor branca como distintiva do federalismo uruguaio (Artigas era fiel à tradição da cor vermelha), agora tornado “Nacional”, pode ter outra conotação que somente a insubmissão a Rosas.

Características da liderança ameríndia foram evidenciadas na figura de Artigas. Seu prestígio guerreiro garantia a seus seguidores tanto a pilhagem quanto a posse da terra e, diante da impossibilidade dessas apropriações, ameaçavam o próprio caudilho revolucionário com uma revolução “*peor que la primera*”: “*la rebeldía se amparaba en [...] la costumbre, y se defendía con las armas*” (FREGA, 2002, p. 11).

Aparício Saravia, o último “grande caudilho” rural (MENA SEGARRA, 1977) e chefe das derradeiras revoluções *blancas* de 1897 e 1904, apesar de menos ameaçador em relação à propriedade, mantinha uma liderança sujeitada à força de seus seguidores. Na *Chirinada de 1896*, Saravia atraiu uma assembleia de “*más de un millar*” de pessoas devido ao “prestígio” “adquirido” em sua “*luta contra los opressores*” no Brasil (a revolução federalista do Rio Grande do Sul, 1893-1895). Diante da vacilação de correligionários do *Partido Blanco*, ofereceu seus títulos de propriedade e de seus irmãos como “recursos” para a guerra. E mesmo com a “desautorização” do “movimento subversivo” pelo partido, Saravia insistiu em realizar “*su objetivo: sacudir al país*” com suas cavalgadas, refugiando-se em seguida na fronteira do Brasil (ROCHA IMAZ, 1978, p. 34-45). Tinha o “dom” do comando em batalha, mas “*fuera de los combates, no impone su autoridad*”, fazendo-se querer por sua “cordialidade” e “*espíritu democrático*”, mas pouco dotado de “disciplina” e “hierarquia” militares (ROCHA IMAZ, 1978, p. 36-37). Saravia foi seguido até por futuros anarquistas, como Florencio

Sánchez, que depois ridicularizaria sua tentativa de fazer uma revolução “*con prestigio y algunas lanzas*”, bravura e “*astucia indígena*”, sendo efetivamente apenas um membro da elite que compartilhava “*la gestación de los negocios públicos*” uruguaios (RAMA e CAPPELLETTI, 1990, p. 299).

## **Bipartidismo e anarquismo no Uruguai**

Das diversas manifestações de anarquismo no Uruguai, a FAU apresenta uma posição bastante peculiar enquanto transformação do federalismo anarquista em relação ao “dualismo em perpétuo desequilíbrio feito política” na República Oriental. O estudo comparativo de seu caso revela a estrutura da conjuntura entre formas republicanas, anarquistas e ameríndias na região.

Fundada por sobreviventes da crise do anarcossindicalismo nos anos 30, a FAU se destaca como uma das organizações anarquistas mais influentes na América Latina, desde a segunda metade do século XX, através da corrente “especificista”. Sua influência internacional surpreende diante de sua incorporação do nacionalismo popular a um projeto revolucionário nos limites do estado-nação, impactado pelo sucesso da Revolução Cubana em 1959 (VALL FONT, 2013). A análise conjuntural que Vall Font faz da formação da FAU, seguindo Rey Tristán e Daniel Barret, elenca os seguintes fatores: fragmentação do sindicalismo uruguaio e a crise do sindicalismo anarquista; chegada de uma “nova” classe trabalhadora às cidades, acostumada ao caudilhismo e sujeita ao populismo; e o fortalecimento internacional da política revolucionária de esquerda. Esta “nova esquerda” latino-americanista teve presença majoritária na FAU, com nomes como José Jorge Martínez e Juan Carlos Mechoso (VALL FONT, 2013, p. 5-7), gerando uma longa polêmica com os chamados “anarquistas

clássicos”, principalmente o grupo de Luce Fabbri (herdeira intelectual de Malatesta), que atacava o estatismo e a ideia de partido único sustentados pela revolução cubana. Esta ala minoritária, chamada por Mechoso de “hiperfederalista”, finalmente deixaria a FAU em 1964. Os “hiperfederalistas” defendiam uma organização assembleária e participativa, considerada por Mechoso como pouco “funcional”. Segundo ele, deveriam existir órgãos executivos separados de plenárias e congressos, de modo que a organização fosse controlada por um conselho durante períodos entre congressos (REY TRISTÁN, 2005, p. 225-226).

Acontece no campo anarquista um espelhamento invertido da política partidária: o *Partido Blanco*, nacionalista e “federalista” por tradição, finalmente assume o governo central num hiato que vinha desde sua oficialização; na FAU, o “hiperfederalismo” “clássico” perde em favor do centralismo.

A reorganização do anarquismo uruguaio pela FAU ocorreu em meio a disputas pela influência sobre a “nova” massa, tida como desvinculada da tradição sindicalista anarquista, sendo assistida por políticas trabalhistas e populistas do *Partido Colorado* (CAPPELLETTI *in* RAMA e CAPPELLETTI, 1990). Décadas antes, o populismo do governo de José Batlle esteve ligado ao surgimento do estranho “anarco-batlismo” (PETERSEN *in* DE LAFORCADE e SCHAFFER, 2015). Passado o Neo-batlismo (de Luis Battle, sobrinho político do anterior), instaurou-se na segunda metade do século XX um “pessimismo estrutural” na cultura uruguaia em relação à política bipartidária (LUNA, 2002). Ora, certamente a FAU não mantinha uma relação amistosa com os *colorados*, pois competia com eles. Visou um público semelhante, agora diante de um governo mais autoritário.

Ao assumir uma posição central, ao invés de pulverizar o poder de acordo com seus mitos artiguistas, os *Blancos* tomam

uma atitude autoritária de feições liberais, anti-comunistas e anti-cubanas, classificando o anarquismo (“*totalitarismo del egoísmo*”) entre os “inimigos internos” do Uruguai (ALMEIDA ALVES, 2016, p. 50). Mesmo com sua estrutura faccional, o ideal federal dos *blancos* é aprisionado no limite “Nacional” do partido, incapaz de barrar o autoritarismo assim que o partido se torna governo e prenúncio da tirania militar. Ao realizar o desejo de poder, abandonando a vontade de ser livre, o fim da guerra *blanca* ao estado *colorado* anuncia o fim da suposta estabilidade democrática.

Enquanto isso, a FAU considera que o federalismo excessivo, ao invés de ajudar, atrapalharia. A submissão final das forças centrífugas *blancas* ao centralismo estatal pode ter dado provas à FAU de que eram prejudiciais à derrubada final do estado, reforçando sua recusa às forças centrípetas do hiperfederalismo. A posição da FAU em relação ao hiperfederalismo combina-se ao “pessimismo” diante do balanço de poder faccionalista dos partidos tradicionais. O poder *blanco* agora confirma as críticas anarquistas contra suas “revoluções” elitistas e incivilizadas (RILLA, 2004; MUÑOZ e SUAREZ, 2010), contribuindo para que o federalismo de Artigas parecesse um mito cada vez mais longe de se manifestar no presente.

A FAU buscava uma organização “funcional” para “acumular” forças visando uma revolução via OPR-33 (LIMA ROCHA, 2009). Diferentemente de Bakunin, a FAU vê o facciosismo como anti-revolucionário — especialmente porque seus objetivos são diferentes: se Bakunin considerou a possibilidade de uma federação transnacional de comunas e “a impossibilidade do sucesso de uma revolução nacional isolada” (BAKUNIN *in* GUÉRIN, 2000 [1980], p.66), Lima Rocha mostra que a FAU tem como objetivo original uma revolução nacional. A internacionalização dessa proposta levaria algumas décadas: no Brasil, chegou entre 1994 e 1995

(OASL 2012). Sua concepção de revolução demanda unidade na ação através de um programa definido e totalizante. Para isso, propõe uma organização em “círculos concêntricos” conforme “níveis de compromisso” a partir de um núcleo ideológico de militantes plenos (LIMA ROCHA, 2009, p.126-127). O “federalismo” da FAU adquire um caráter centralista visando se precaver contra a “fraqueza” do federalismo — seja dos caudilhos ou de anarquistas clássicos — para fins revolucionários nacionais. Fica o questionamento se este uso do termo “federação” se limitaria a uma referência à memória anarquista (ou na mitologia uruguaia), dada a recusa que o “especificismo” faz à “federação de grupos” — característica do que chamam de “anarquismo sintetista” (LIMA ROCHA, 2009, p.152). Segundo Felipe Corrêa, em apresentação oral sobre o especificismo (São Paulo, Julho de 2009), sua corrente defende uma “federação de indivíduos”.

Relacionei (FALLEIROS, 2016) a organização concêntrica do especificismo à concepção de hierarquia de Louis Dumont (1966), contrapondo-a a organizações que combinam formas concêntricas e diamétricas, num balanço entre “reciprocidade” e “hierarquia” de assimetrias recíprocas (LÉVI-STRAUSS, 1944a, 1975 [1956]). Defendendo o modelo organizacional da FAU no Brasil, a Federação Anarquista do Rio de Janeiro (FARJ) tenta refutar seu caráter hierárquico:

Não há hierarquia entre os círculos. [...] [N]ão significa que a posição dos mais comprometidos valha mais do que a dos menos comprometidos. Isso significa que eles participarão de diferentes instâncias de decisão. Por exemplo, os mais comprometidos participarão com voz e voto nos Congressos, que definirão os alinhamentos políticos e estratégicos da organização; Os menos comprometidos não comparecerão

a Congressos, ou participarão apenas como ouvintes, mas participarão das assembleias mensais onde são definidas as táticas e aplicações práticas dos alinhamentos. (FARJ, 2015, p. 143-144 - **grifos meus**)

O texto decreta que “não há hierarquia” para, em seguida, hierarquizar os militantes em “diferentes instâncias de decisão”, uma dotada de “voz e voto” para definir os “alinhamentos políticos” e estratégias, outra sem “voz e voto”, podendo decidir somente sobre táticas e “aplicações práticas dos alinhamentos” pré-definidos pelo círculo central... Se o círculo central define a teoria e o periférico a prática, replica-se uma antiga hierarquia. Que outra dualidade existiria para contra-balancear esta, criando assimetrias recíprocas?

O conceito de “dualismo organizacional” bakuniniano — separação entre a organização de anarquistas e o resto da população, a massa, a classe, o movimento social — poderia servir de socorro. A proposta é que um setor ideologicamente consonante, com uma organização própria, vise fortalecer sua posição nas disputas políticas dentro de movimentos maiores (CORRÊA e VIANA, 2015, p. 9-10). Há uma contra-hierarquia na disputa pela atenção das massas com forças mais centrípetas: o populismo de estado. Quando foi concebido o dualismo organizacional, seu objetivo era criar um núcleo ou “família” “internacional”, com militantes anarquistas de várias nacionalidades (BAKUNIN *in* GUÉRIN, 2000 [1980], p. 54), defendendo o federalismo contra a influência centralista de Marx na AIT. Aí o dualismo seria mais uma disputa contra o centro do que pelo centro. De todo modo, estaria a serviço das virtudes federalistas que Bakunin deduzia do faccionalismo de Guelfos e Gibelinos, atravessando nacionalidades contra um inimigo comum e multilocalizado, o estado (confira GUÉRIN, 2000 [1980]).



Por outro lado, o modelo do “dualismo organizacional” pode ainda ser hierárquico na sua relação com as massas, como se estivessem à disposição da agência alheia. Tratadas como sujeitas à disputa de ideias de grupos dos quais não participam, seriam tacitamente desorganizadas. Em defesa do elemento libertário desta teoria, Bakunin dizia que não se deve fazer imposições à massa mas sim provocações (ALMEIDA ALVES, 2016, p. 21).

O caráter nacional dos objetivos da organização especificista cria núcleos de militantes territorializados de nacionalidade definida — diferente da “família internacional” de Bakunin. Com isso, a própria “massa” ganha características mais locais. Enfim, uma relação diametral (simétrica, não-hierárquica) do núcleo nacional “especificamente anarquista” com as massas só pode ser considerada se as “massas” forem, em si mesmas, organizadas! Para conceber esta possibilidade, é preciso atentar para as formas políticas da não tão nova “massa” em relação à qual a FAU se constituiu, herdeira de “Povos Livres” federativos. Assim o dualismo organizacional pode se abrir a um terceiro elemento, ganhando movimento.

## “Regionofilia libertária”

A presença equívoca de “anarquistas” e inequívoca de gaúchos e indígenas (charrua, minuano, guarani etc.) através das fronteiras da Bacia do Prata se mistura na historiografia. Na história oficial do Uruguai, Reppetto (2017, 2019) mostra que o termo acusatório “anarquista” fez parte das estratégias de apagamento da memória charrua: andava junto com o “índio” ou o substituía — especialmente após o massacre de 1831 — como forma de imputar ocorrências de evidências indígenas a bandoleiros não-indígenas (décadas antes da chegada de auto-referidos anarquistas).

Apesar dos pontos em comum do federalismo artiguista com o proudhoniano, o estabelecimento da relação entre anarquistas inequívocos e gaúchos só ocorre na década de 1870 (RAMA e CAPPELLETTI, 1990). Até o começo do século XX, desenvolveram-se “redes federativas” de organizações de ofício e sindicatos anarquistas nas margens da Bacia do Prata (LONER *in* DE LAFORCADE ; SCHAFFER, 2015) com intensa circulação de militantes, “não como representantes de movimentos nacionais mas como participantes plenamente iguais” (DE LAFORCADE, 2011, p.71 — minha tradução). A “transnacionalização” do anarquismo na região no final do século XIX e início do XX tinha como inimigas empresas transnacionais, praticando contra elas ações diretas sem fronteiras (DE LAFORCADE, 2011, LONER *in* DE LAFORCADE e SCHAFFER, 2015).

Conforme Davide Turcato, a “perspectiva transnacional” estuda o anarquismo “como uma rede”, rompendo com análises que partem do “nacionalismo metodológico” (DE GODOY e CUNHA, 2018, p. 285). Já o especificismo se apresenta como alternativa ao sindicalismo em rede das “sociedades de resistência” estudadas por Geoffroy de Laforcade, tornando-se uma organização “política” em vez de organização do trabalho. Segundo o *El Copey*, o nível “econômico” ou “social” da classe está a serviço da elevação da consciência da mesma, mas a luta é determinada por uma “orientação estratégica” “inflexível” dada por um grupo pequeno de militantes em direção à revolução nacional (LIMA ROCHA, 2009, p. 272). Neste sentido, aplico à FAU a crítica de Ivanna Margarucci sobre o limite “paradoxal” entre anarquismo (que repudia o Estado) e nacionalismo metodológico (que mitifica o estado-nação) em análises da América Latina que relacionaram crise do anarquismo e surgimento do populismo nacionalista, como a de Rama e Cappelletti (MARGARUCCI, 2020, p. 262).

Na tentativa de superar esta limitação, estudos recentes feitos por Rafael Zilio (2017, 2021) sobre payadores libertários e especificismo identificam no Prata e nos pampas uma cultura gaúcha “transnacional” e libertária, em consonância com o registrado sobre gaúchos e payadores por Rama e Cappelletti (sem referenciá-los). Dado o transnacionalismo gaúcho, Zilio conclui que o anarquismo praticado pela FAU e outras federações especificistas da região — Federação Anarquista de Rosário (FAR, Argentina) e Federação Anarquista Gaúcha (FAG, Brasil) — também pode ser chamado de “transnacional”. Encontra referência nas falas de membros de cada organização à “cultura gaúcha” e à mitologia federalista da região, incluindo “solidariedade transnacional” nos seguintes pontos: “estudos teóricos e formação”, “opiniões compartilhadas”, “análises de conjuntura” e “solidariedade além-fronteiras estatais quando uma das organizações ou seus ativistas encontram-se ameaçados pelas forças repressoras do Estado” (ZILIO, 2017, p. 74). Menciona também um membro da FAG com “família” dos dois lados da fronteira (o que não o tornou membro da FAU), sem uma palavra sobre a “família internacional” proposta por Bakunin.

Zilio não distingue em que sentido essa “solidariedade além-fronteiras” seria uma organização trans-nacional ou simplesmente inter-nacional, omitindo diferenças em relação ao transnacionalismo sindical das sociedades de resistência. Suas evidências de práticas “transnacionais” resumem-se a encontros internacionais (Encontro Latino-Americano de Organizações Populares Autônomas, realizado quase anualmente, ELAOPA), e manifestações de solidariedade em situações de confronto com o estado (como invasões da sede da FAG pela polícia) através de “comunicados de solidariedade” (ZILIO, 2017, p. 80) — cartas públicas escritas por uma organização de um lado da fronteira em apoio à do outro. Concebe, assim, um “transnacionalismo”

organizacional aquém do que a “regionofilia libertária” prometia e uma solidariedade internacional mais pacífica do que o **El Copey** defenderia.

De Laforcade reconhece na região o mesmo caráter libertário identificado por Rama e Cappelletti e anarquistas argentinos antes deles, como Abad de Santillán, e atualmente por Zilio. Mais atento para a mobilidade de militantes entre organizações de lados diferentes das fronteiras, mostra como federações obreiras eram formadas por sindicatos de mais de um país. Delegados de associações uruguaias e brasileiras estavam envolvidos não só em reuniões, mas também greves na Argentina — considerada pela Federação Obreira Regional Argentina (FORA, baluarte do federalismo sindical) como uma “região” em vez de um estado-nação. A FORA expandia seus tentáculos cruzando fronteiras pelos rios Uruguai, Paraguai e Paraná, atraindo trabalhadores indígenas através do jornal *Aña Mombuy* em Guarani (DE LAFORCADE, 2011, p. 90) e organizando greves transfronteiriças ao longo dos rios.

Sugiro que a mobilidade federativa de anarquistas e gaúchos remete a um federalismo guerreiro indígena, cujos efeitos na política partidária uruguiaia foram renegados pela historiografia oficial e cuja potência anárquica pode ter sido ignorada pela FAU na recusa do “hiperfederalismo” e do caudilhismo.

Tendo surgido das guerras de independência (RAMA, 1987), o caudilhismo geralmente tomava o lado federalista, ainda que houvesse caudilhos unitários (AYROLO e MÍGUEZ, 2012). O guarani Sepé Tiaraju, líder das Guerras Guaraníticas contra a redemarcação dos limites entre as colônias espanholas e portuguesa, entrou para a mitologia como o “primeiro caudilho” (BRUM, 2007). Após instauradas as fronteiras, Aparício Saravia transitaria entre as perspectiva nacional e transnacional: era “Nacional” e “*blanco*” no Uruguai, mas, junto com seus seguidores, mudava de cor ao entrar

no Brasil, adotando os lenços vermelhos da revolução federalista do Rio Grande do Sul. Aliás, mudava também de nome: Saravia de um lado e Saraiva do outro — uma família de “duas pátrias” (RECKZIEGEL, 2010). Ao destacarem a inspiração revolucionária de Aparício Saravia para o anarquismo latino-americano, Rama e Cappelletti (1990) ignoraram sua atuação transnacional. Atuação que daria aos *Blancos* alguma vantagem nos arranjos de poder “coparticipativos” do Uruguai, graças aos pactos entre o governo *colorado* e o governante do Rio Grande do Sul, Júlio de Castilhos, que secretamente ajudava federalistas uruguaios, enfraquecendo o apoio destes aos federalistas brasileiros (RECKZIEGEL, 2010).

O Partido Nacional de Saravia foi paradoxalmente partido do estado-nação uruguaio e de uma outra nação sem estado, “difusa” e “inclusiva” (TURCATO, 2014): a nação gaúcha. Mas a “regionofilia” gaúcha dos *Blancos*, assim como a da FAU, seria transformada em mito secundário quando *Blancos* assumiram o governo e a FAU assumiu o dualismo organizacional concêntrico. Isso explica a inexistência de uma “Federação Anarquista Gaúcha” sem fronteiras, que não se resume a uma federação do Estado do Rio Grande do Sul (Brasil).

## La Banda de los Charruas e outros índios

Trabalhadores da cana-de-açúcar conhecidos como *peludos*, da União de Trabalhadores Açucareiros de Artigas (UTAA), de Bella Unión, são um exemplo interessante da massa componente da “nova” classe trabalhadora uruguaia. A FAU apoiou diretamente as atividades deste sindicato em diversas situações no período de definição de sua linha revolucionária, como nas *Marchas Cañeras* (do Norte do Uruguai até Montevidéu, por direitos trabalhistas e reforma agrária), somando-se ambas a outras organizações no *Congreso*

*del Pueblo* e na unificação da *Convención Nacional de Trabajadores* (CNT) nos anos 1960. Junto com células revolucionárias oriundas da UTAA e outras organizações, a FAU promoveu ações armadas como os *comandos del hambre* (expropriação e redistribuição de alimentos). Contudo, ela se afastaria do processo de unificação dessas células no que se tornaria o MLN-T, desenvolvendo sua proposta estratégica específica rumo à OPR-33 (surgida em 1971), ainda que continuasse a praticar ações conjuntas esporádicas com os Tupamaros (ALMEIDA ALVES, 2016).

Os *peludos* foram um símbolo da latino-americanização das lutas uruguaias, comparados à “*criolada desposuída*” de Artigas e aos gaúchos de Saravia, assumindo um aspecto branqueado (MERENSON, 176-177). Fizeram, portanto, parte da “massa” em relação a qual a FAU teceu sua estratégia organizacional, considerados como “novos” baluartes da consciência de classe no Uruguai (OYHANTÇABAL e CARÁMBULA, 2011). Mas nota-se nos *peludos* certo transnacionalismo da nação gaúcha na presença de trabalhadores brasileiros e argentinos semi-nômades, e a cidade de Bella Unión é a única no Uruguai que faz fronteira com Brasil e Argentina simultaneamente (OYHANTÇABAL e CARÁMBULA, 2011, p. 286, 297), centro uruguaio das três fronteiras.

Em 2006, outra “inovadora” ação da UTAA diante do então governo de esquerda trouxe à tona características indígenas. Com a estatização do engenho de cana da região, os *peludos* ocuparam a terra via ação direta, realizando por suas próprias mãos a antiga demanda de reforma agrária. A esquerda partidária encarou o gesto como um ataque, mas para os *peludos* era uma demanda justa feita a um “*gobierno compañero*” (MERENSON, 2010, p. 178-179). Por outro lado, foram vistos como defensores do artiguismo e remanescentes da “garra charrua”, uma ancestralidade que o movimento jamais reclamou — não mais do que qualquer uruguaio

— talvez porque, no Uruguai, “*ser índio no rinde*” enquanto direito identitário (MERENSON, 2010, p. 180-183).

Mas Mariela Rodríguez e Mónica Michelena encontraram alguém que rompeu explicitamente com este silêncio: o *payador memorioso*, Albérico, que participou das *marchas cañeras* e cujo bisavô charrua havia escapado do massacre de Salsipuedes e lutado ao lado dos Farroupilhas (RODRÍGUEZ; MICHELENA, 2018, p.190-192).

Evidências da memória geracional relacionando *peludos* e charruas se somam a evidências políticas. A UTAA atacou um aliado — o *presidente compañero* — buscando a efetivação de um pacto através da ocupação de terra, o que lembra a política de guerras, pactos e armistícios dos *Blancos* contra os *Colorados*. Isso pode ter motivado a acusação de estarem trazendo de volta a velha política bipartidária (MERENSON, 2010, p.180). Mas o ataque dos *peludos* ao *governo compañero* não mantinha qualquer vínculo com os partidos “tradicionais”, indício de uma influência comum: a ação política charrua.

A partir de uma leitura lévi-straussiana e clastriana de registros históricos sobre os Charrua, José Luis Picciuolo Valls (2016) identifica uma “lógica subjacente” a sua ação política composta por dois elementos fundamentais: guerra e aliança. Seu argumento remete, sem referenciá-lo, ao artigo de Lévi-Strauss sobre guerra e comércio entre indígenas da América do Sul (1976 [1942]), no qual se nota a tensão permanente da guerra, enquanto contrapartida da aliança, nos contatos comerciais de vários povos da região. Esta alternância entre guerra e comércio indígena é mais fugaz que aquela entre a guerra e a paz estatísticas estudadas por Proudhon. Com os Charrua, tal fugacidade se tornava desconcertante nos relatos dos colonizadores, quando aliados comerciais de um momento (espanhóis, crioulos e guaranis missionários) viravam alvos de ataques no outro.

Os Charrua formavam grupos pequenos, móveis e autônomos, circulando por vasta região que hoje atravessa os territórios da Argentina, Uruguai e Brasil. Formavam alianças de casamento com outros povos: os Minuano, semelhantes em mobilidade e costumes (daí o termo “charrua-minuanos”), e os Guarani missioneiros, além de adotarem cativos estrangeiros como se fossem charrua (PICCIUOLO VALLS, 2016, p.6). Esse território e o que se encontrava nele era “seu”, incluindo manadas de cavalos livres e gado chimarrão, de modo que o cercamento desses animais por proprietários de terra ou por aldeias Guarani era tratado como “roubo” e vingado de forma idêntica, a partir de uma economia da “apropriação”. A pilhagem alternava-se ao comércio na aquisição de produtos estrangeiros, fosse nos campos ou por vias fluviais, passando pela realização de “diversos trabalhos físicos para exogrupos” (PICCIUOLO VALLS, 2016, p. 19-30 - minha tradução). Os armistícios eram mantidos somente enquanto não violassem sua “autonomia” (PICCIUOLO VALLS, 2016, p.18) e a guerra regulava o poder político através de uma “diplomacia armada” (PICCIUOLO VALLS, 2016, p. 31-33).

A mobilidade guerreira das *montoneras* artiguistas, associada a pilhagem e “*apropiación directa*” (FREGA, 2002, p.17) estava conectada a movimentos migratórios ou semi-nômades, marchas das quais participavam não só guerreiros mas comunidades indígenas. O “Êxodo do Povo Oriental” foi um caso desses. Grupos charruas sempre precediam as marchas artiguistas (SILVA e MELO 2017, p. 171) formando uma “massa” de “índios infiéis”, segundo Artigas. Esta alternância entre pequenos grupos e grandes marchas lembra aquela entre “formação de grandes aglomerados” e “dispersão de pequenos ‘grupos locais’” encontrada em outras paragens indígenas da América do Sul (PERRONE-MOISÉS, 2006), todavia mais móvel, especialmente a cavalo.



Inovadora aos olhos da esquerda, a apropriação direta de terras estatais feita pelos *peludos* ao *presidente compañero* remete à economia da “apropriação” charrua e à pilhagem sofrida por líderes ameríndios. Já suas *Marchas Cañeras* se assemelham a um evento ocorrido na Argentina décadas antes, o *Malón de la Paz* de 1946, quando mais de uma centena de indígenas Kolla marcharam 2000km do interior até Buenos Aires para reclamar o direito sobre suas terras usurpadas. Foram recebidos com pompa oficial na capital mas, em pouco tempo, sequestrados pelo governo e mandados pro Norte da Argentina, sem que suas reivindicações fossem atendidas (VALKO, 2012 [2007]). Os Kolla cobravam de Perón que cumprisse suas promessas de reforma agrária, já os *peludos* do novo século cobraram a promessa do *compañero* Tabaré Vasques pelas próprias mãos.

*Malón* é uma palavra colonial da região que estigmatiza a mobilidade guerreira indígena. Há uma recusa estatal da variação de sinal do *malón* (da guerra para a paz), de modo que o “índio *malonero*”, que se rebela e resiste, é situado na “Fronteira” entre “civilização” e “barbárie” (DELGADO, 2018, p. 2). A “guerra contra el índio”, neste sentido, definiu as fronteiras do estado-nacional a partir de uma ordem social “hierárquica” e “autoritária” imposta por uma “institucionalidade” burocratizada (DELGADO, 2018, p. 1). Este apagamento institucional de movimentos indígenas na Bacia do Prata acarreta o branqueamento dos *peludos* em marcha, transformados em “massa”, invisibilizando sua lógica organizacional própria.

Elementos da organização Charrua podem ser identificados em suas práticas atuais reemergentes e na apreensão que fazem dos registros históricos. O federalismo de grupos e povos é ressaltado na revisão histórica de Delgado Cultelli (2018), tendo os Charrua participado de coalizão com querandis, chanás e

guaranis em 1536 contra Buenos Aires; da coalizão “Infiéis Pampas Confederados” (1701-1702) com bohanes, yaros e guenoas; e na Guerra Guaranítica (1750-1756) com guenoas e guaranis missioneiros. Também participaram de revoluções e guerras entre *Blancos* e *Colorados*, ao lado de caudilhos *blancos* como Oribe e Saravia (DELGADO, 2017). O foco da crítica de Delgado Cultelli ao autoritarismo institucional remete, por sua vez, ao *Partido Colorado*, fundado por Fructuoso Rivera — mandante do massacre de Salsipuedes.

Através de um árduo processo de rememoração oral a partir das últimas décadas do século XX, os Charrua do Uruguai têm se organizado em associações, muitas delas integradas ao Conselho da Nação Charrua (CONACHA), entre as quais há diferentes formas de organização, diferentes objetivos e ausência de “*marco ideológico uniforme*”, não sendo incomum confrontarem-se entre si (SZILÁGYI CHEBI, 2015, p.117). O próprio processo de rememoração foi feito de forma assembleária pelas associações e na relação entre elas, reativando o aspecto “comunitário” Charrua e a tradição feminina de guarda da memória através da mobilidade territorial, “caminhar para fazer memória” (MICHELENA, 2011 - minha tradução).

Com este movimento os Charrua invertem o sentido da “Fronteira”, transformando a margem em centro. O movimento da memória inverte a relação entre capital e interior (o Norte) na marcha anual para Salsipuedes, espécie de *malón* duplamente torcido: não apenas seu sinal muda o da guerra como sua direção inverte o da paz. Segundo Delgado Cultelli, o mesmo movimento é feito pelos grupos Charrua da capital em relação ao interior em suas pesquisas de memória e estabelecimento de alianças (RODRÍGUEZ *et al.*, 2020, p. 193).

Esta dupla inversão da “Fronteira” aparece de modo marcante na própria metodologia de pesquisa colaborativa de Mônica

Michelena, que coloca-se como mediadora entre sua “tutora” antropológica, Andrea Olivera, e sua “tutora ancestral”, Mary Correa:

*[E]strategia metodológica híbrida que contemple las asimetrías entre [...] antropólogo, nativo y nativo activista. Esta transferencia de saberes constituye un intercambio entre las tres formas de conocimientos: el nativo de su propio mundo, el antropológico [...] y un tercer conocimiento que es un conocimiento de frontera, generado por el nativo activista o líder que se encuentra entre los dos mundos. (MICHELENA, 2011, p. 9 - grifos meus).*

Ao invés de uma pesquisa que relaciona “antropólogo”/“nativo” (“díade observacional” ou “contra-observação”), propõe uma que relaciona duas díades: uma tríade que coloca a “nativa ativista” (ou “líder”) entre “antropólogo” e “nativo”, com isso incluindo a relação “nativo”/“nativo” (MICHELENA, 2011, p. 8). Sua teoria apresenta semelhança formal com o papel das “mediações triádicas” que desestabilizam o dualismo e da liderança ameríndia como mediadora entre mundos.

Essa relação entre díade e tríade também desponta nas principais personagens da memória Charrua estudada por Michelena: as *vencedoras*. Conhecedora de ervas e da cura pelas palavras, dizem que a *vencedora* precisava ser gêmea (clássica dualidade do perpétuo desequilíbrio ameríndio estudado por Lévi-Strauss em **História de Lince**), mas só poderia passar seu conhecimento a três outras pessoas (a quarta não teria poder). As tríades aparecem também na duração dos dias de rezas e nas pinturas femininas (MICHELENA, 2011, p. 32, *passim*). Curiosamente, a memória Charrua brasileira sobre a tradicional boleadeira também relaciona díade e tríade: segundo a cacique

Acuab, antes a boleadeira charrua era de duas bolas e só passaram a usar a de três bolas com os gaúchos (POUEY VIDAL, 2015, p. 13).

A resposta Charrua à hierarquia escondida no dualismo branqueador do *bipartidismo* parece criar “simetrias entre relações assimétricas” (LIMA, 2008, p. 236), colocando-se “entre” as díades, trazendo o centro para a fronteira. O mesmo pode ocorrer numa posição Charrua diante do dualismo organizacional anarquista: para ser levada em conta, ao se relacionar com a “massa”, não basta ao anarquismo a díade “militante”/“povo” — falta ser considerada a relação entre “povos”, o que demanda, para o caso Charrua, uma mediação indígena.

## Dualismos sem conclusão

Séries inconclusas de transformações estruturais podem ser tiradas das relações entre *bipartidismo*, dualismo organizacional anarquista e a perspectiva Charrua entre díades. Estas séries seguem expressas conforme a “fórmula canônica” com sua característica dupla torção final (Lévi-Strauss, 1975 [1955]), que nada mais é do que uma ferramenta para “simplificação de variáveis” prestando “atenção às relações” (LÉVI-STRAUSS, 2008, p. 12). O que não quer dizer que a complexidade das variáveis não se multiplique em cascata nos dados concretos: o processo de mestiçagem na região do Uruguai anterior à “revolução radical” artiguista envolveu um jogo de forças complexo entre espanhóis, portugueses, jesuítas, gaúchos e diversos coletivos indígenas distintamente classificados nos registros, com formas de mobilidade diversificadas (TORRES, 2019). O que aqui se ensaia é um quadro geral que se aproxima da diversidade das evidências de forma metonímica.

No bipartidismo em perpétuo desequilíbrio é o conflito entre elites (*blancos/colorados*) a perspectiva predominante, à

qual a aliança entre elites está condicionada. Neste sentido, a subordinação dos povos à elite se relaciona a uma mestiçagem do agonismo na forma da “garra charrua” projetada na “Fronteira” espaço-temporal do estado-nação pelo genocídio fundacional:

(1) disjunção entre elites: junção entre elites: junção entre elite e povos: genocídio fundacional

A “garra charrua” tem como determinante a alternância ameríndia entre guerra e aliança na qual a primeira condiciona a segunda. Todavia, a subordinação da elite a povos em armas acabou se desenvolvendo na forma de um branqueamento da “garra” pelo caudilhismo, especialmente o *blanco*:

(2) disjunção entre povos junção entre povos: junção entre povos e elite : caudilhismo

O caudilhismo *blanqueado* é, portanto, uma forma de aliança entre elite e povos que oblitera que o conflito entre ambos tomou forma de genocídio, de modo que a disputa bipartida entre elites está relacionada à mestiçagem das alianças na formação do federalismo gaúcho:

(3) junção entre elite e povos: disjunção entre elite e povos: disjunção entre elites: mestiçagem gaúcha

Esta mestiçagem gaúcha, presente na “regionofilia libertária” é, por sua vez, atravessada por “várias variáveis”, como diria um famoso cantor do Rio Grande do Sul. Rearranja-las numa quarta série se torna complexo e talvez tão difícil quanto uma *vencedora* charrua conseguir transmitir seus poderes para uma quarta aprendiz. A dificuldade está na passagem do poder da guerra para o da revolução, dada a diferença entre a guerra como contrapartida da aliança ameríndia e a revolução como dobradiça entre a paz e

a guerra (e vice-versa). Na perspectiva revolucionária bakuninista, o conflito entre povos e elite condiciona a aliança federal dos povos, mas da perspectiva de Proudhon — ou das sociedades de resistência — é o inverso. A “revolução radical” artiguista foi uma forma de subordinação da elite aos povos em armas, mas, diante dela, ao optar pelo englobamento bakuninista da federação pela revolução, o **El Copey** se contrapõe ao hiperfederalismo dos povos, demandando unidade popular e nacionalização do conflito:

(4) disjunção entre povos e elite: junção entre povos: junção entre povos e elite: nacionalização da revolução

Este modelo serial simplificado não põe fim às séries. A própria revolução teorizada no **El Copey** jamais triunfou diante do estado uruguaio. Assim, não se pode analisar uma história que a ainda está para ser contada. Além disso, a nacionalização pode ter limites mais difusos, como as nacionalidades gaúcha e charrua. Mas vale lembrar com Proudhon que, diante da unificação dos povos, sempre haverá agonismo, forças centrípetas da “socialidade contra o Estado” que mesmo Bakunin reconheceu na forma do “direito absoluto de secessão” (BAKUNIN *in* GUÉRIN, 2000 [1980], p.68). Secessões que podem ter como contrapartida formas de mediação como aquelas propostas pela “metodologia intercultural colaborativa” da antropóloga ativista e líder charrua Ana Michelena. Um tipo de liderança diplomática mediando relações entre a nação charrua difusa e o estado-nação uruguaio. Sua metodologia é uma inspiração para mediações possíveis entre anarquistas concêntricos e hiperfederalistas:

(5) junção entre povos: disjunção entre povos e elite: disjunção entre povos: liderança ameríndia mediadora

## Referências

ACCIAI, E. Freedom to Amilcare Cipriani! An “anarcho-republican” campaign in Liberal Italy (1881 – 1888). *In: European Social Science History Conference*, 2018, Belfast. International Institute of Social History.

AYROLO, V.; MÍGUEZ, E. Reconstruction of the Socio-Political Order after Independence in Latin America. A Reconsideration of Caudillo Politics in the River Plate. 2012. *Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas*, v.1, n. 49, p. 107-132, 2012.

ALMEIDA ALVES, D. A. de. **Arriba los que luchan!** Sindicalismo revolucionário e luta armada, a trajetória da federação anarquista uruguaia: 1963-1973'. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

AMES, J. L. Transformações do significado de conflito na “História de Florença” de Maquiavel. *Kriterion: Revista de Filosofia*, 55/129, p. 265-286, 2014.

BARBOSA, G. A socialidade contra o Estado: a antropologia de Pierre Clastres. *Revista de Antropologia*, v. 2, n. 47, p. 529-576, 2004.

BRUM, C. K. “Esta terra tem dono”: Representações do passado missionário no Rio Grande do Sul. O mito de Sepé Tiaraju. *Antropológicas*, v. 2, n. 18, p. 215-236, 2007.

BUQUET, D. Elecciones uruguayas 2004: el largo camino del bipartidismo al bipartidismo. *Ibero-americana*, v. 34, n. 1/2, p. 65-90, 2004.

CARDOSO, S. Em direção ao núcleo da “obra Maquiavel”: sobre a divisão civil e suas interpretações. *Discurso*, v. 45, n. 2, p. 207-248, 2015.

CLASTRES, P. **A sociedade contra o Estado**. São Paulo: Cosac Naify, 2003 [1974].

CLASTRES, P. **Arqueologia da violência**. São Paulo: Cosac Naify, 2004 [1980].

COELHO DE SOUZA, M.; FAUSTO, C. Reconquistando o campo perdido: o que Lévi-Strauss deve aos ameríndios. **Revista de antropologia**, v. 47, n. 1, p. 87-131, 2004.

CORRÊA, F. & SILVA, R. V. da. **Bakunin, Malatesta e o debate da Plataforma**. Secretaria de Formación, Prensa y Propaganda de la Federación Anarquista de Rosario, 2015.

DE GODOY, C. P. F.; CUNHA, E. S. Novos Olhares sobre o Anarquismo - Entrevista com Davide Turcato. **Revista Latino-Americana de História-UNISINOS**, v. 7, n. 19, p. 284-295, 2018.

DE LAFORCADE, G.; SHAFFER, K. R. (eds.). **In defiance of boundaries: Anarchism in Latin American history**. University Press of Florida, 2015.

DE LAFORCADE, G. Federative futures: waterways, resistance societies, and the subversion of nationalism in the early 20th century anarchism of the Río de la Plata region. **EIAL: Estudios Interdisciplinarios de America Latina y el Caribe**, v. 22, n. 2, p. 71-96, 2011.

DELGADO, M. **Salsipuedes: el genocidio constituyente**. Zur, 2017.

DELGADO, M. **"Guerra contra el Indio": fronteras y gestación estatal**. Zur, 17 septiembre, 2018. Escrito por: Martín. Disponível em: <https://zur.uy/guerra-contra-el-indio-fronteras-y-gestacion-estatal/>

DUMONT, Louis. **Homo hierarchicus: essai sur le système des castes**. Paris: Gallimard, 1966.

FALLEIROS, Guilherme. Dialética perspectivista anarcoindígena. **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 25, p.107-130, 2016.

FALLEIROS, Guilherme. Federalismo republicano, anarquista e ameríndio: uma dupla torção. **ACENO - Revista de Antropologia do Centro-Oeste**, n. 10, p. 169-188, 2019.

FARJ. **Anarquismo social e organização**. (Programa político). Rio de Janeiro, 2008.

FAU. **El Copey**. Porto Alegre: Editorial Combate, 2009 [1972].



FERREIRA, A. C. e TONIATTI, T. B. **De baixo para cima e da periferia para o centro: textos políticos, filosóficos e de teoria sociológica de Mikhail Bakunin**. Niterói: Alternativa, 2014.

FERREIRA, C. **Os conflitos civis em Maquiavel: o problema dos humores**. (Tese de doutorado em Filosofia), Universidade de São Paulo, 2016.

FREGA, A. Caudillos y montoneras en la revolución radical artiguista. **Andes**, n. 13, Salta, 2002.

GUAZZELLI, C. A. B. Textos e lenços: representações de federalismo na República Rio-Grandense (1836-1845). **Almanack Brasileiro**, n. 1, p. 54-66, 2005.

GUÉRIN, D. Bakunin. **Textos Anarquistas**. Porto Alegre: L&PM, 2000 [1980].

ROCHA IMAZ, R. **Los Blancos - Breviario de Hombres y Hechos del Partido Nacional 1836 - 1966**. Montevideo: Cerno Editores, 1978.

ITURRALDE, M. e SUÁREZ, F. M. Los usos del pasado en la política. Entrevista a José Rilla. **PolHis**, n. 10, 2012.

LEONI, M. e QUIÑONEZ, M. De gaucho anarquista a caudillo federal. Itinerario de la imagen de Artigas en la historiografía correntina. In: Segundas Jornadas de Historia Regional Comparada, Porto Alegre, PUC, 2005.

LÉVI-STRAUSS, C. Reciprocity and Hierarchy. **American Anthropologist**, v. 46, n.2, p. 266-268, 1944a.

LÉVI-STRAUSS, C. The Social and Psychological Aspects of Chieftainship in a Primitive tribe: The Nambikuara of Northwestern Mato Grosso". In COHEN ; MIDDLETON, **Comparative political systems: studies in the politics of pre-industrial societies**. New York: Natural History Press, 1944b. p. 45-62.

LÉVI-STRAUSS, C. **Antropologia estrutural**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

LÉVI-STRAUSS, C. **História de Lince**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993 1991.

LÉVI-STRAUSS, C. Claude Lévi-Strauss : un anarchiste de droite. **L'Express**: Paris, 28/11/2008.

LÉVI-STRAUSS, C. [1942]. Guerra e comércio entre os índios da América do Sul, In: SCHADEN. **Leituras de etnologia brasileira**, São Paulo: Editora Nacional, 1976, p. 325-39.

LEWIS, C. e POLLITZ; J. **Giuseppe Garibaldi. The Red Gaucho**, 2002. (Brochura).

LIMA, T. S. Uma história do dois, do uno e do terceiro. In: CAIXETA DE QUEIRÓS e NOBRE. **Lévi-Strauss: leituras brasileiras**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, p. 209-263.

LIMA DE AVILA, A. Caudilhos e fronteiriços: a Revolução Farroupilha e seus vínculos rio-platenses. In: **Releituras da História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore, 2011. p. 181-202

LIMA ROCHA, B. **A Interdependência estrutural das três esferas**. (Doutorado em Ciência Política), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

LINHARES, T. Luta armada na clandestinidade: FAU e OPR-33. In: **Seminário Internacional de Teoria Política do Socialismo**, 8, 2019. Marília. Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, 2019.

LÓPEZ-ALVES, F. Between the economy and the polity in the River Plate: Uruguay 1811-1890. **ILAS Research Papers**, 33, London, p. 1-97, 1993.

LUJÁN, D. e LÓPEZ BURIAN, C. El tercer gobierno del Frente Amplio en Uruguay: supremacía electoral de la izquierda y perspectiva de reformas institucionales. **Revista de Reflexión y Análisis Político**, v. 21, n. 1, Buenos Aires, p. 171-206, 2016.

LUNA, J. P. ¿Pesimismo Estructural o Voto Económico?: Macropolíticas en Uruguay'. **Revista Uruguaya de Ciencia Política**, n.13, Montevideo, Ediciones de la Banda Oriental, 2002, p. 123-151.

MACEDO, V. "Vetores porã e vai na cosmopolítica guarani". Campo Grande, **Tellus**, n. 21, p. 25-52, ano 11, 2011.

MARGARUCCI, Ivanna. Repensando el anarquismo en América Latina. ¿Del nacionalismo metodológico a un giro transnacional incompleto? *Prohistoria*, n. 34, p. 251-282, 2020.

MCLEAN, David. Garibaldi in Uruguay: a reputation reconsidered. *The English Historical Review*, v. 113, n. 451, p. -366, 1998.

MERENSON, S. Cuando ser indio no rinde: sociedad política, particularismo y excepción en las narrativas nacionales del Uruguay. *Espaço Ameríndio*, v. 4, n. 2, p.172-190, 2010.

MICHELENA, M. **Mujeres charrúas reafirmando el gran quillapí de la memoria en Uruguay.** (Conclusão de Curso em Liderança Indígena) Universidad Indígena Intercultural, Cartagena de Indias, 2011.

MONTEIRO, A. B. **A grande guerra: história e historiografia do conflito no Prata [1864-1870].** (Dissertação em História), Universidade de Passo Fundo, 2010.

MUSTO CRUCCI, F. El ingreso de políticos outsiders a la partidocracia uruguaya. **Cuaderno 112.** Centro de Estudios en Diseño y Comunicación, 2021.

NEUMANN, E. S. Presença indígena na Guerra dos Farrapos: primeiras observações (1831-1851). *In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História.* São Paulo, 2011.

NEUMANN, E. S. 'Um só não escapa de pegar em armas: as populações indígenas na Guerra dos Farrapos (1835-1845). *Revista de História.*, São Paulo, n. 171, p.83-109, 2014.

OASL. **História do Especificismo no Brasil.** Programa Mínimo de Formação. [S. l; S. n.], 2012. Caderno 4.

OYHANTÇABAL, G. e CARÁMBULA, M. Lucha por la tierra en el norte de Uruguay. *Astrolabio*, v. 7, p. 284-312, 2011.

MAQUIAVEL, N. **Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio.** São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MAQUIAVEL, N. **História de Florença.** São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MAQUIAVEL, N. **O Príncipe**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MENA SEGARRA, E. **Aparício Saravia: las últimas patriadas**. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1977

MUÑOZ, P. e SUAREZ, P. **La vida anárquica de Florencio Sánchez**. Montevideo: La Turba Ediciones, 2010

PERRONE-MOISÉS, B. Notas sobre uma certa confederação guianense. *In: Colóquio Guiana Ameríndia, História e Etnologia*. Belém do Pará, 2006.

PERRONE-MOISÉS, B. Bons chefes, maus chefes, chefões: excertos de filosofia política ameríndia. **Revista de Antropologia**, v. 54, n. 2, p. 857-883, 2011.

PERRONE-MOISÉS, B. **Festa e guerra**. (Tese de livre docência), Antropologia Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

PERRONE-MOISÉS, B. e SZTUTMAN, R. Dualismo em perpétuo desequilíbrio feito política: desafios ameríndios. *In: Reunião da ANPOCS*, 33. Caxambu, 2009.

PERRONE-MOISÉS, B. e SZTUTMAN, R. Notícias de uma certa confederação tamoio. **Mana**. Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 401-443, 2010.

PICCIUOLO VALLS, J. L. **Jaguar, Caballo y Poder**. Guerra e intercambio Entre Los Charrúa-Minuán, 2016. (Brochura).

PIÑEIRO, R. Elección de diputados y fraccionalización partidaria en Uruguay 1942-1999 **Revista Uruguaya de Ciencia Política**, Montevideo, vol. 14, n. 1, p.1 5-42, 2004.

PIVEL DEVOTO, J. **Historia de los partidos políticos en el Uruguay**. Montevideo: Claudio García & Cia, 1942.

PIVEL DEVOTO, J. e PIVEL DEVOTO R. **Historia de la República Oriental del Uruguay**. Montevideo: Medina, 1956.

PROUDHON, P-J. [1863]. **Do princípio federativo**. São Paulo: Editora Imaginário, 2001.

PROUDHON, P. J. A Guerra e a paz [excertos]. **Verve**. Nu-Sol., n. 19, p. 23-71, 2011

PROUDHON, P. Jo. [1861]. Da guerra e da paz, uma nota biográfica. *verve*. Nu-Sol., n. 21, p. 97-100, 2012.

RAMA, C. Caudilhismo, verbete. *In*: SILVA. **Dicionário de ciências sociais**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV/MEC, 1987. p. 164.

RAMA, C. e CAPPELLETTI, A. **El anarquismo en América latina**. Fundacion Biblioteca Ayacuch, 1990.

REAL DE AZÚA, C. **La clase dirigente**. Montevideo: Nuestra Tierra, 1969a.

REAL DE AZÚA, C. **Legitimidad, apoyo y poder político: un ensayo tipológico**. Montevideo: Asir, 1969b.

REIS, G. S. A disputa político-partidária no Uruguai: oponentes externos, adversários internos. **Observador on-line**, v. 6, p. 3, 2011.

REY TRISTÁN, E. **La izquierda revolucionaria uruguaya, 1955-1973**. Sevilla: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2005.

RECKZIEGEL, A. L. Aparício Saravia: um caudilho de duas pátrias. **Estudios Historicos**. Ano 2, n. 4, p. 1-20, 2010.

REPETTO, F. **Uma arqueologia do apagamento: narrativas de desaparecimento Charrúa no Uruguai**. São Paulo: Hucitec, ANPOCS, 2019.

REPETTO, F. **Indígenas en Uruguay: un debate entre la negación del estado y las narrativas de los descendientes Charrúas actuales**. (Trabajo de Conclusión de en Antropología y Diversidad Cultural en América Latina), Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2015.

RILLA, J. La tradición contra los partidos en el Uruguay. **História**. São Paulo, v. 23, n. 1-2, p. 161-196, 2004.

RILLA, J. Cambiar la historia: Historia política y élite política en el Uruguay contemporáneo. **Revista Uruguaya de Ciencia Política**, v. 11, p. 107-128, 1999.

RODRÍGUEZ, M. E.; DE CARVALHO, A. M; MICHELENA, M. e DELGADO, M. Silencios, etnografía colaborativa y reemergencia charrúa en Uruguay. *In*: VERDUM; RAMOS. **Memórias, violências e inves-**

**tigação colaborativa com povos indígenas.** Rio de Janeiro: ABA Publicações, 2020. p.177.

RODRÍGUEZ, M. E. e MICHELENA, M. Memorias charrúas en uruguay: reflexiones sobre reemergencia indígena desde una investigación colaborativa. **ABYA-YALA: Revista sobre acesso á justiça e direitos nas Américas**, v. 2, n. 2, p. 180-210, 2018.

RUGAI, R. R. **Um partido anarquista: o anarquismo uruguaio e a trajetória da FAU.** São Paulo: Ascaso, 2012.

SAHLINS, M. **Ilhas de história.** Rio de Janeiro: Zahar. 1990 [1987].

SARTORI, G. **Parties and party systems: a framework for analysis.** New York: Cambridge University Press, 1976. v. 1.

SCHIEL, H. M. Os itxoi, ou grupos de praça Karajá. As organizações triádicas existem? **Campos: Revista de Antropologia**, v.13, n. 2, p. 24-38, 2012.

SELIOS, L.; NOCETTO, L. 2016. "Juntos por tercera vez". Resultados y análisis de las elecciones uruguayas de 2014. In: ALCÁNTARA SÁEZ; TAGINA. **Elecciones y cambio de élites en América Latina**, 2014/2015. Ediciones Universidad de Salamanca, 2016, p. 149-176.

SILVA e MELO, K. da. **Histórias indígenas em contextos de formação dos Estados argentino, brasileiro e uruguaio: charruas, guaranis e minuanos em fronteiras platinas (1801-1818).** (Tese de Doutorado em História Social), Universidade de Campinas, 2017.

SZILÁGYI CHEBI, M. E. Los charrúas en la memoria nacional de Uruguay. **Acta Hispanica**, v. 20, p. 105-120, 2015.

SZTUTMAN, R. **O profeta e o principal: a ação política ameríndia e seus personagens.** (Tese de Doutorado em Antropologia Social), Universidade de São Paulo, 2005.

SZTUTMAN, R. Introdução: Pensar com Pierre Clastres ou da atualidade do contra-Estado. **Revista de Antropologia**. São Paulo, v. 54, n. 2, p. 557-576, 2011.

TORRES, M. G., Movilidad, fugas y mestizaje en la Banda Oriental del Uruguay: una primera aproximación. **TEFROS**, Buenos Aires, v.17, n. 1, p. 114-142, 2019.

TURCATO, D. Italian anarchism as a transnational movement, 1885–1915. *International Review of Social History*, v. 52, n. 3, p. 407-444, 2007.

TURCATO, D. Nations without borders: Anarchists and national identity. In: *Reassessing the Transnational Turn*. Routledge, 2014.

VALKO, M. *Los indios invisibles del Malon de la Paz*. De la apoteosis al confinamiento, secuestro y destierro. Ediciones Continente, Buenos Aires, 2012 [2007]

VALL FONT, O. *La Federación Anarquista Uruguaya (FAU) y la transición de la matriz política “liberal” a la “nacional y popular” (1956-1973)*. CNT Martorell, 2013.

VERDESIO, G. Un fantasma recorre el Uruguay: la reemergencia charrúa en un “país sin indios”. *Cuadernos de Literatura*, Bogotá, Pontificia Universidad Javeriana, v. 18, n. 36, p. 86-107, 2014.

POUEY VIDAL, V. M. Etnoarqueologia dos Charrua do Rio Grande do sul: história, Construção e Resignificação Étnica. *Revista Digital Estudos Historicos*, n.15, p. 11-41, 2015.

ZILIO, R. *Regionofilia libertária: da identidade sócio-espacial gaucha à dimensão político-cultural do Princípio Federativo*. (Tese de Doutorado em Geografia), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

ZILIO, R. 2021. Quando anarquistas encontraram gauchos: origens de uma cultura política rebelde no sul do continente americano. In: VARGAS, DOURADO; FREDRICH. *Diálogos e práticas no campo da pesquisa qualitativa*. Ituiutaba: Barlavento, 2021, p. 552-597.